

---

## Erguendo-se pelo direito de dizer NÃO: Tribunal Permanente dos Povos da África Austral

*O Tribunal Permanente tem sido uma ferramenta importante para as comunidades compartilharem suas lutas e construir solidariedade, além de questionar o status quo, levantando-se para dizer NÃO ao poder das grandes empresas, à impunidade do Estado e a uma agenda de desenvolvimento destrutiva.*

*“Nós não queremos mineração. Não queremos os seus filhos. Não queremos suas avós. Não queremos suas famílias. Não temos nenhuma vontade de bater papo nem conversar com gente da mina.”*

Essas palavras fortes foram proferidas por dois representantes do Comitê de Crise Amadiba, no Terceiro Tribunal Permanente dos Povos da África Austral sobre Empresas Transnacionais, realizado em novembro de 2018. O Comitê de Crise Amadiba representa a comunidade Xolobeni, que vem lutando há dezesseis anos para impedir que o conglomerado australiano Transworld Energy and Minerals (TEM) faça mineração de areia rica em titânio ao longo da chamada Costa Selvagem da África do Sul. (1) Para o Comitê de Crise Amadiba, a terra é uma parte intrínseca da identidade da comunidade – passada, presente e futura. Nonhle Mbuthuma, membro fundador do grupo, diz: **“Nós acreditamos que sabemos quem somos por causa da terra. Acreditamos que, perdendo a terra, perde-se a identidade”**.

Em abril de 2018, o Comitê levou seu caso ao Supremo Tribunal da África do Sul, em um corajoso esforço por justiça. (2) Agora, meses mais tarde e pouco mais de uma semana depois do Tribunal dos Povos, **a justiça decidiu a favor da comunidade, declarando que o Departamento de Recursos Minerais deve obter o consentimento “total e formal” da comunidade de Xolobeni antes de conceder direitos de mineração.**

Em toda a África do Sul e além, a luta de Xolobeni tornou-se um caso emblemático para as comunidades que resistem às agendas de desenvolvimento baseadas no extrativismo de larga escala e lutam pelo direito de dizer NÃO. Essa vitória histórica já galvanizou comunidades em todo o continente, em um lembrete bem-vindo de que **a justiça é possível através de organização sustentada, construção de movimento e solidariedade.**

Foi esse exato espírito de solidariedade e corajosa resistência contra o poder das empresas que impulsionou a terceira sessão do Tribunal Permanente dos Povos da África Austral sobre Empresas Transnacionais. (3) Este foi o último ano de um processo de audiências que durou três anos, no qual as comunidades apresentaram denúncias contra corporações transnacionais, expondo as violações de direitos humanos e coletivos que elas causam e a superexploração e a destruição sem limites de territórios. As corporações, em conluio com Estados e instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial, propagam essa devastadora agenda de desenvolvimento extrativista que prioriza o lucro em detrimento das pessoas e do planeta – tudo em nome do “progresso”.

“Ficamos impressionados com a amplitude da extração, da desapropriação, do desalojamento e da

---

brutalidade implacáveis demonstradas pelas corporações transnacionais em busca de lucro”, diz a declaração dos jurados ao final da sessão do tribunal, que durou três dias. **“Tudo isso tem sido feito, frequentemente, com a anuência do Estado e de seus atores e organizações na execução da repressão e, em alguns casos, de massacres de cidadãos.”**

Durante os procedimentos do tribunal, as comunidades apresentaram um total de vinte denúncias contra as empresas transacionais em Madagascar, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. Esses casos envolvem desde empresas de mineração e mega-hidrelétricas até agronegócio e apropriação e concentração de terras – e cada um deles fala da cumplicidade entre corporações, governos e instituições financeiras para sustentar um sistema de impunidade global. ([Leia sobre os casos aqui](#))

### ***Lutando contra as mega-hidrelétricas: Parem Inga 3!***

Um dos casos apresentados no Tribunal foi o de comunidades que se manifestaram contra o projeto da mega-hidrelétrica de Grand Inga, na República Democrática do Congo (RDC). (4) Com suas promessas de “energizar e desbloquear a industrialização regional” através da eletrificação da RDC e do continente africano, o Regime Hidroelétrico de Inga (Inga 1 e 2) já desalojou comunidades na RDC. Se Inga 3 for adiante como planejado, cerca de 37.000 pessoas cuja subsistência é baseada no rio Congo terão o mesmo destino.

As mineradoras são as que mais se beneficiaram da eletricidade gerada pelos dois primeiros projetos Inga, deixando muitas comunidades sem fornecimento confiável de energia. Atualmente, 85% da população da RDC não tem acesso à eletricidade. (5) O recém-lançado Plano de Recursos Integrados sul-africano está avançando com um acordo RDC-África do Sul que garantirá 2500 MW de eletricidade para o segundo país, até 2030. (6) Entretanto, **as pessoas mais diretamente impactadas por esse megaprojeto não receberão nenhum dos benefícios, enquanto a eletricidade é enviada através de seis países para alimentar a mineração e outras indústrias extrativas da África do Sul.** “Nós dormimos no local da represa de Inga, mas vivemos no escuro”, disse Jane\*, uma líder ativista congoleza que falou no Tribunal dos Povos.

No tribunal, os ativistas também enfatizaram o fardo específico que as mulheres carregam quando se trata de megaprojetos como o Inga, que ameaçam vidas e meios de subsistência. Uma ativista afirmou: “Nós dependemos da agricultura – como vamos nos alimentar? Como vamos alimentar nossos filhos? Como vamos sobreviver? Nós, mulheres que vivem em Inga, dependemos da agricultura – isso é o que nos permite alimentar nossos filhos. Agora estamos tendo uma seca por causa da represa. Nossa produção de alimentos diminuiu devido à infraestrutura. Meu marido tem que ir à próxima aldeia encontrar pequenos animais para caçar porque os daqui começaram a desaparecer. Nós moramos perto da represa, mas não temos eletricidade”.

As comunidades que lutam contra a barragem de Inga 3 já enfrentaram os Estados envolvidos, escrevendo uma carta ao governo sul-africano. Elas também lançaram uma campanha chamada “Parem Inga 3” (*Stop Inga 3*; [o abaixo-assinado em apoio e solidariedade está aqui](#)). Elas estão exigindo a retirada de empresas chinesas, espanholas e sul-africanas, bem como qualquer envolvimento do Estado no esquema. **Sua resistência é inspiradora. Elas trabalham em um contexto cada vez mais repressivo para lutar pelo direito de dizer NÃO e reivindicar uma indenização para quem foi desalojado pelas hidrelétricas de Inga 1 e 2.**

As comunidades da África do Sul já começaram a responder a esse apelo, enxergando a clara oportunidade de implementar estratégias conjuntas e construir solidariedade, responsabilizando o

---

governo sul-africano. Caroline Ntaopane, da Rede Mulheres africanas contra a extração destrutiva de recursos (WoMin Alliance), disse: “O rio Congo pertence ao povo, mas foi tirado dele. As comunidades nunca foram consultadas. A nós, na África do Sul, nunca foi dito que receberíamos eletricidade da RDC. E mesmo que recebêssemos como membros da comunidade, não poderíamos desfrutar disso sabendo da violência, da militarização e da destruição que está ocorrendo na República Democrática do Congo”.

**O Tribunal dos Povos tem sido uma plataforma importante para as comunidades do sul da África compartilharem suas lutas e construir solidariedade, apresentarem casos importantes de violações por parte das empresas e questionarem o status quo expondo a instabilidade e a insustentabilidade brutais do chamado “desenvolvimento”.**

Atualmente, essas comunidades e muitas outras estão trabalhando juntas para construir uma campanha pelo *Direito de Dizer Não*. Essa campanha representa “uma mobilização e uma convergência amplas de ativismo e solidariedade transnacionais”. Ela se baseia nos princípios do consentimento livre, prévio e informado. (CLPI) e na organização dinâmica de movimentos, sindicatos, organizações de mulheres e muitas outras em comunidades como Xolobeni, na África do Sul, e Inga, na RDC, que estão se erguendo para dizer NÃO ao poder corporativo, à impunidade do Estado e a uma agenda de desenvolvimento que prejudica as pessoas e o planeta.

*Maggie Mapondera*

WoMin African Alliance, <http://www.womin.org.za/>

\* O nome da líder ativista foi alterado por motivos de segurança

- (1) CIDSE, [Xolobeni Community and the Struggle for Consent](#), novembro de 2017
- (2) The Guardian, [South African community wins court battle over mining rights](#), novembro de 2018
- (3) <https://www.stopcorporateimpunity.org/permanent-peoples-tribunal-transnational-southern-africa/>
- (4) Daily Maverick, [SA does not need the Grand Inga Project](#), novembro de 2018
- (5) [No to Inga 3, Yes to accessible energy across Congo](#)
- (6) [South African government releases Integrated Resource Plan draft](#), agosto de 2018